CLIPPING INTERNET

30/03/2022 ATÉ 30/03/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG PAULO ROBERTO..... 1
2 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
2.1 BLOG DO MINARD..... 2
3 CNJ
3.1 SITE FOLHA DO MARANHÃO..... 3
4 DESEMBARGADOR
4.1 BLOG DO NETO FERREIRA..... 4
4.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 5 6
4.3 BLOG PAULO ROBERTO..... 7
4.4 SITE O PROGRESSO..... 8
5 POSSE
5.1 SITE MARANHÃO HOJE..... 9

TJMA realiza mutirão de conciliação em São Luís

Com o intuito de agilizar a solução de conflitos da população, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá realizar um Mutirão de Conciliação, no período de 4 a 8 de abril, no auditório Madalena Serejo, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), das 8h às 17h.

O evento é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

A iniciativa visa oferecer a cidadãos e cidadãs a prestação de uma justiça rápida, simples e efetiva, na resolução de questões processuais e pré-processuais, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

PAUTA

Na pauta de audiências do evento, constam 1.769 demandas processuais (com ações judiciais em andamento, encaminhadas pelas Unidades Jurisdicionais do Fórum e de várias comarcas do Estado) e pré-processuais (sem ações judiciais oriundas de empresas parceiras da Justiça).

Dentre as principais demandas agendadas, destacam-se: Cível; Família (Alimentos, Divórcio, Dissolução, Guarda); Fazenda Pública; Demandas de Saúde: consultas eletivas, procedimentos, exames, medicamentos e internação; Demandas de Assistência Social – idosos e idosas em situação de vulnerabilidade; abertura de laudo de DNA; renegociação de dívidas.

As audiências serão conduzidas por uma equipe de 50 conciliadores e conciliadoras do TJMA, do 1º Centro de Solução de Conflitos; 2º Centro de Solução de Conflitos; Central de Videoconferência, Centro de Mediação das Demandas de Saúde; Centro de Conciliação e Mediação de Família e Centro de Conciliação do 2º Grau.

PARCERIA

O Mutirão de Conciliação conta com a parceria de diversas instituições e empresas, tais como: Procon, Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ) e Equatorial.

Conta com o apoio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS).

DOCUMENTOS

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã – com ou sem ação judicial em andamento – deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento – em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

SERVIÇOS

Durante o evento, serão disponibilizados diversos serviços à população mediante a parceria e apoio de instituições.

EQUATORIAL: Atendimento de clientes para renegociação de dívidas;

PROCON: Atendimento e orientações em geral;

SEFAZ: Atendimento e orientação a contribuintes;

SEMFAZ: Renegociação de dívidas com o fisco municipal, através do Sistema Tributário Municipal;

SEMUS: Orientações sobre imunizações, distribuição de preservativos e testes rápidos para COVID-19, HIV, Sífilis, Hepatite B e C;

SEMCAS: Orientações sobre cadastro único nos programas sociais do Governo Federal, divulgação e esclarecimentos sobre o programa Auxílio Brasil, dentre outros programas, e divulgação das unidades CRAS e CREAS e seus serviços ofertados.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações, entrar em contato com a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – (98) 3198-4558 (WhatsApp)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
30/03/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA
POSITIVA
Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no Tribunal

Assembleia aprova projeto que cria novos cargos de desembargador no Tribunal

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta quarta-feira (30), o Projeto de Lei Complementar 004/2022, de autoria do Poder Judiciário, que altera a Lei Complementar 14 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Atualmente formado por 30 desembargadores, o Tribunal de Justiça do Maranhão passará a ter 37 integrantes, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça.

Estão previstas, ainda, onze câmaras isoladas, divididas em três criminais e oito cíveis, sendo duas cíveis reunidas compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com 12 integrantes, serão compostas pelos membros da 1ª, 2ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis do Tribunal, e as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com também doze membros, pelos membros da 3ª, 4ª e 6ª e 8ª câmaras cíveis do Tribunal.

Fica criado na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça o cargo de 2º vice-presidente e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente.

O projeto prevê ainda que, terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
30/03/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
NEUTRA
Assembleia votará nesta quarta (30) projeto que cria 07 novos cargos de desembargador no TJMA

Assembleia votará nesta quarta (30) projeto que cria 07 novos cargos de desembargador no TJMA

A Assembleia Legislativa votará nesta quarta-feira (30), durante sessão ordinária, anteprojeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que cria mais sete cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão.

A proposta será apreciada, com pedido de urgência, primeiramente na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, onde deverá receber parecer favorável.

Em seguida, seguirá para o plenário, onde também deverá ser aprovada sem maiores dificuldades.

O anteprojeto foi aprovado pelo TJMA na sua sessão plenária do último dia 16.

Ainda não havia sido apreciado no Parlamento devido ao trancamento das pautas na CCJ e no plenário – reveja e reveja.

A proposta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador.

Cinco vagas serão destinadas para juízes de carreira; e duas ao quinto constitucional, a serem preenchidas por membros da OAB do Maranhão e do Ministério Público.

O TJMA passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

O artigo 2º do anteprojeto também estabelece que fica criado, na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, o cargo de 2º vice-presidente; e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente, sendo atribuída ao 2º vice-presidente a mesma gratificação do atual vice-presidente, cujo cargo está sendo transformado em 1º vice-presidente.

O parágrafo único informa que o 2º vice-presidente, assim como o 1º vice-presidente, ficarão afastados de suas funções judicantes, salvo no Plenário; e, além de substituir o 1º vice-presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos, o 2º vice-presidente exercerá as funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor judicial do Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
30/03/2022 - BLOG EDUARDO ERICEIRA
NEUTRA
CCJ destranca pauta e realiza primeira reunião sob nova presidência

CCJ destranca pauta e realiza primeira reunião sob nova presidência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa do Maranhão realizou, nesta terça-feira (29), a primeira reunião sob a presidência do deputado Ariston Ribeiro (Republicanos), apreciando Projetos de Lei (PL) e Medidas Provisórias (MP). Participaram os deputados Wendell Lages (PMN), Antônio Pereira (PSB), Márcio Honaiser (PDT), Zé Inácio (PT) e Duarte Júnior (PSB).

Duas Medidas Provisórias enviadas pelo Governo do Estado obtiveram pareceres favoráveis. A primeira (MP 374/2021) sobre a extinção e criação de cargos e sobre a transformação de unidades na estrutura da Polícia Militar do Maranhão, relatada por Wendell Lages, e a segunda (MP 372/2021) alterando a Lei 11.416, que institui, no âmbito do programa “Nosso Centro”, o benefício “Aluguel no Centro”, tendo como relator Márcio Honaiser.

Conselho de Economia Solidária

Também do Executivo, obteve parecer favorável o Projeto de Lei Ordinária (PLO) 554/2021, que altera a Lei Estadual 10.581, sobre a criação, composição e funcionamento do Conselho Estadual de Economia Solidária do Maranhão, relatado também por Honaiser.

Do Judiciário, recebeu sinal verde o PLO 015/2021, que altera a redação do Artigo 42-A da Lei Complementar 14 - Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado, relatado por Márcio Honaiser. Já sobre o projeto que aumenta para sete o número de vagas no Pleno do TJMA, foi pedido vista pelos deputados Zé Inácio e Antônio Pereira.

Avaliação positiva

Outros projetos de iniciativa parlamentar foram analisados, a maioria de utilidade pública e concedendo títulos de cidadão. Foram analisados, também, dois projetos de lei ordinária em redação final, sendo um deles o LDO 252-2020, de autoria da deputada Detinha (PR), sobre a criação de Plataforma VLibras em portal de Instituições do Poder Público Estadual e Empresas privadas no âmbito do Estado para tradução de conteúdos digitais

Ao final da reunião, o novo presidente da CCJ, deputado Ariston Ribeiro, fez uma avaliação positiva da primeira reunião. "Está sendo um aprendizado muito importante para mim. Nessa primeira reunião, analisamos muitos projetos e Medidas Provisórias, o que demonstra a nossa produtividade”, assegurou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
30/03/2022 - BLOG PAULO ROBERTO
POSITIVA
TJMA desenvolve software de inteligência artificial para precedentes

TJMA desenvolve software de inteligência artificial para precedentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão firmou parceria técnico-científica com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de softwares com Inteligência Artificial e Automação. O anúncio foi feito pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, na abertura da sessão plenária desta quarta-feira (30).

O presidente do Tribunal revelou que o primeiro resultado dessa parceria será um módulo de análise de precedentes que, utilizando Inteligência Artificial, permitirá tratar os processos distribuídos, analisando a aplicação de precedentes do TJMA no Supremo Tribunal Federal (STF) ou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), auxiliando os magistrados no julgamento mais rápido das demandas.

As soluções desenvolvidas pelo TJMA/UEMA serão usadas nos sistemas de processo judicial, com a finalidade de promover a eficiência e a celeridade processual.

O grupo de trabalho é formado por magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Laboratório de Inovação do Tribunal, o ToadaLab; Diretoria de Informática e Automação e Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), além de professores e professoras da UEMA e alunos e alunas do curso de mestrado em Engenharia da Computação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
30/03/2022 - BLOG PAULO ROBERTO
NEUTRA
OAB/MA ACOMPANHA TRAMITAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE AMPLIA A ESTRUTURAÇÃO DO TJMA

OAB/MA ACOMPANHA TRAMITAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE AMPLIA A ESTRUTURAÇÃO DO TJMA

OAB/MA foram à Assembleia Legislativa do Maranhão para acompanhar a reunião da Comissão de Constituição e Justiça sobre a tramitação do Projeto de Lei que trata da criação de mais sete cargos de desembargador na estrutura do Judiciário Maranhense.

Na oportunidade, a Seccional se manifestou favorável à criação dos cargos, mas expressou preocupação em relação à estruturação judiciária de 1º grau, que possui demandas necessárias e urgentes para melhor efetivação da Justiça no Estado.

“É essa a reflexão que a Ordem quer trazer ao Poder Legislativo e para a sociedade. É preciso ampliar os avanços para todo o estado do Maranhão, nomeando novos juízes e servidores, assim como concretizando a instalação de Varas. Este é o nosso objetivo e acredito que também seja o anseio da sociedade maranhense”, comunicou o presidente da OAB Maranhão, Kaio Saraiva.

A vice-presidente da Casa, Tatiana Costa, destacou a importância do diálogo tanto para a advocacia quanto para a sociedade. “Buscamos sempre a efetividade máxima para a valorização da nossa advocacia, da população e dos jurisdicionados. E esse diálogo é muito importante para que a gente possa lutar por uma estruturação que entregue, efetivamente, melhor justiça para a sociedade maranhense”, explicou.

Para o presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Ampliação da Justiça Estadual no 1º e 2º Grau, Marinel Dutra, o Tribunal de Justiça deve ouvir a advocacia e a sociedade. “Mesmo com a aprovação do projeto, nós precisamos continuar cobrando melhorias para a Justiça Estadual no 1º Grau, tanto em relação à estrutura física quanto ao que diz respeito ao serventuário”, detalhou Dutra.

Nos próximos dias, a OAB seguirá em diálogo com o TJMA para que seja dado prosseguimento à estruturação da Justiça de 1º grau do Maranhão, sempre priorizando o jurisdicionado e a valorização da advocacia.

Estiveram presentes, o presidente da Seccional Maranhense, Kaio Saraiva; a vice-presidente da Casa, Tatiana Costa; o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina do Maranhão, Mauro Ferreira; o presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Projeto de Ampliação da Justiça Estadual no 1º e 2º Grau, Marinel Dutra; e o vice-presidente da Comissão Especial de Acompanhamento ao Legislativo, Maurício Alves da Silva.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
30/03/2022 - SITE FOLHA DO MARANHÃO
POSITIVA
CNJ realiza audiência de conciliação entre TJMA e TCE para destravar construção do Fórum de Imperatriz

CNJ realiza audiência de conciliação entre TJMA e TCE para destravar construção do Fórum de Imperatriz

PUBLICADO 29/03/2022
O acordo está inserido entre as primeiras audiências de conciliação de 2022 promovidas pelo Núcleo de Mediação e Conciliação do CNJ
Com as portas abertas para o diálogo na solução de conflitos, o Núcleo de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (Numec/CNJ) tem se firmado como importante canal de solução de controvérsias administrativas pela via consensual, uma atuação que ajuda a conter a judicialização e a burocracia.

Dois acordos em processos administrativos envolvendo tribunais de diferentes segmentos da Justiça e servidores firmados no Numec/CNJ exemplificam o potencial do núcleo em mediar conflitos em avaliações favoráveis das partes sobre maior facilidade para o diálogo, negociação de divergências e busca pela solução consensual dos casos.

Um dos acordos, entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Tribunal de Contas do Estado, vai ajudar destravar a construção do Fórum de Imperatriz, a segunda maior comarca do Maranhão, com uma população estimada em 260 mil pessoas. O empreendimento está com as obras paralisadas há alguns anos por ordem do Tribunal de Contas em decorrência de ações de fiscalização.

A audiência de conciliação sobre esse caso foi conduzida no Núcleo pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro, com participação de membros das duas cortes para análise e negociação das partes em busca da solução de pendências que impedem a retomada da obra.

Ao fim da audiência e após o acerto entre os dois tribunais, o conselheiro do Tribunal de Contas Melquizedeque Nava Neto concluiu que o problema foi provocado por um ruído de comunicação que precisava ser solucionado para que as obras do fórum pudessem ser retomadas. Satisfeito com o resultado do acordo, ele disse que o acerto confere maior segurança para a conclusão do investimento público.

“O empreendimento está parado sem gerar benefícios para a sociedade e hoje entendemos que houve um ruído e nos propusemos a dirimir isso. O acordo que firmamos materializa segurança jurídica para que os gestores possam finalizar a obra e que ela produza os efeitos sociais para os quais foi concebida.” A partir do acordo, o Tribunal de Contas do Maranhão libera o TJMA a retomar a construção do fórum sem que haja impedimentos legais.

O juiz auxiliar da Presidência do TJMA Ângelo Santos, também valorizou o aspecto da segurança jurídica. Segundo ele, o acordo feito sob o guarda-chuva do Numec/CNJ tem peso institucional que resguarda os gestores do órgão. “É uma obra de extremo interesse público que vai gerar melhor atendimento para os jurisdicionados e os demais atores do Sistema de Justiça. E agora, com esse acordo, os atuais e os futuros gestores do TJMA passam a ter melhor direcionamento e segurança legal para destravar a obra”, explica.

NEUTRALIDADE

Em outro acordo selado pelo Numec/CNJ, as partes citaram como pontos favoráveis a realização das audiências em ambiente neutro favorável ao diálogo e sob o peso institucional do órgão de cúpula do Poder Judiciário.

Por meio de audiência de conciliação conduzida também pela juíza Trícia Navarro o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e representantes dos servidores comissionados da corte acertaram criar um grupo de trabalho para analisar os desafios e oportunidades da implementação da Resolução CNJ n. 219/2016. O ato normativo trata da distribuição de servidores, de cargos comissionados e de funções de confiança nos órgãos do Judiciário de primeiro e segundo graus.

Os servidores ingressaram no CNJ com um pedido de providências solicitando a implementação da Resolução. No início deste ano, o pedido de providência foi designado para audiência de conciliação no Numec/CNJ. “Essa via aberta pelo Conselho é importantíssima porque permite o diálogo e o equacionamento dos desafios que a administração dos tribunais têm que solucionar”, disse a juíza auxiliar da Presidência do TJGO Jussara Cristina Oliveira Louza, que representou o tribunal na audiência de conciliação.

Representante dos servidores e uma das autoras do pedido de providências, Juliana Pereira de Souza citou como positiva a rapidez com que a audiência foi marcada e a condução da reunião. “Como foi designada mediação por pessoa capacitada, que é a juíza Trícia Navarro, acredito que fez toda a diferença porque ela nos ouviu primeiramente e facilitou esse diálogo, dando abertura para que ambas as partes falassem sobre as dificuldades e anseios e isso facilitou”, disse.

SEM TENSÃO

A juíza auxiliar Trícia Navarro lembrou que o fato de as audiências do núcleo acontecerem em ambiente neutro ajuda a distensionar, abrindo espaço para que as partes se reposicionem apresentando argumentos voltados à uma solução de consenso para a divergência. “O Numec/CNJ tem sido extremamente importante e cada vez mais fundamental na construção de diálogos entre as partes para questões que dificilmente seriam resolvidas em julgamentos, sejam no âmbito do Conselho seja por processos judiciais”, comenta.

Para a magistrada, o Núcleo inova ao criar um espaço neutro no âmbito administrativo para conciliação e mediação em uma experiência bem-sucedida que pode servir de modelo para outros órgãos públicos. “Percebo que em muitos casos as partes chegam com ânimos acirrados e após as audiências voltam a seus estados com diálogo melhor e maior abertura para a solução das divergências.”

SOBRE O NUMEC/CNJ

O Numec/CNJ foi criado pela Resolução CNJ n. 406/2017 com a atribuição de facilitar o consenso em processos que tratam de conflitos internos envolvendo servidores ou setores administrativos, processos administrativos em tramitação no CNJ de qualquer natureza. Em todos os casos solucionados pelo núcleo, os acordos são homologados pelo plenário do CNJ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
30/03/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
GIRO ECONÔMICO - Presidente do TJMA dá posse a juízes

GIRO ECONÔMICO - Presidente do TJMA dá posse a juízes

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lourival Serejo, deu posse aos juízes Bernardo Luiz de Melo Freire, que era lotado em Poção de Pedras, na 4ª Vara da comarca de Pedreiras, e Antônio Agenor Gomes, que era da 1ª Vara Cível e passou para a 2ª Vara Cível, ambas em São José de Ribamar, da comarca da Ilha de São Luís.

O juiz Bernardo Luiz de Melo Freire foi promovido pelo critério de merecimento, e Antônio Agenor Gomes foi removido, a pedido, também pelo critério de merecimento.

CGJ-MA regulamenta registro da regularização fundiária em cartórios

Regularização de imóveis urbanos e rurais.
Helena Barbosa
Asscom CGJ

Provimento é fundamento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. - Foto: Divulgação

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) estabeleceu normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana e rural nos cartórios extrajudiciais, por meio do Provimento nº 10/2022, assinado em 25 de março.

A edição da norma integra um pacote de ações relacionadas ao Projeto de Regularização Fundiária implantado pelo corregedor-geral Paulo Velten, em parceria com o Estado, municípios e cartórios extrajudiciais, que já resultou em cerca de 5 mil registros imobiliários em 10 municípios maranhenses nos últimos dois anos.

Dentre outros motivos, a Corregedoria do Judiciário justificou a necessidade de regulamentar os procedimentos que devem ser adotados pelas serventias extrajudiciais na área do “Programa Estadual de Regularização Fundiária”. O programa tem como objetivo incorporar os núcleos populacionais informais ao território urbano e titular seus ocupantes.

NOVAS REGRAS
A medida considerou as novas regras trazidas pela Lei nº 13.465/2017 e pelo Decreto nº 9.310/2018 para a Regularização Fundiária Urbana (REURB). Essas normas flexibilizaram as regras de áreas públicas mínimas no parcelamento do solo urbano para atender a regularização de áreas consolidadas e irreversíveis, existentes em 22 de dezembro de 2016.

“O registro da legitimação fundiária atribui propriedade plena e constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do Poder Público, exclusivamente no âmbito da REURB, àquele que detiver, em área pública, ou possuir, em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado, existente em 22 de dezembro de 2016”, diz o texto do provimento da CGJ-MA.

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS
Segundo o Provimento, a regularização fundiária de imóveis rurais poderá ocorrer por iniciativa ou provocação do Ministério Público, da Defensoria Pública, das associações, dos posseiros ou ocupantes, junto ao cartório de imóveis ou por meio da atuação do Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão (ITERMA), do INCRA ou do município.

Quanto à regularização fundiária de imóveis urbanos, o Provimento assegura que o reconhecimento do direito fundamental à moradia e à propriedade deve ser orientado pelos princípios constitucionais e atender à função social da propriedade e dos objetivos e diretrizes do planejamento urbano.

PROCEDIMENTOS

O Provimento define como devem ser realizados os procedimentos pelos oficiais de registro em diversas situações relacionadas à regularização fundiária de núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda (REURB-S) e populações não qualificadas (REURB-E).

Foram definidas regras para a competência do registro; legitimidade dos interessados; documentos e sua qualificação; registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF); abertura de matrícula do imóvel; titulação em REURB; demarcação urbanística; direito de laje; reconhecimento de usucapião; abertura de matrícula de imóvel público; desapropriação e registro de linhas férreas e outros.

A respeito da competência para o registro da REURB, o provimento assegura que os atos serão realizados diretamente pelo oficial do Registro de Imóveis da situação do imóvel, independente de manifestação do Ministério Público ou determinação judicial.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

A norma, assinada pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, é fundamentada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) no planejamento do Poder Judiciário, o que implica às Corregedorias Gerais de Justiça atuarem no auxílio à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável.